A centralidade ocupada pelos sujeitos que participam das pesquisas do Serviço Social*

(The centrality occupied by the subjects who participate in researches from Social Work)

Jussara Ayres Bourguignon*

Resumo – Com este texto¹ temos por objetivo debater a posição ocupada pelos sujeitos participantes das pesquisas desenvolvidas pelo Serviço Social. Como fundamento, entendemos que a pesquisa é constitutiva e constituinte da prática profissional do Serviço Social, sendo determinada pela sua natureza interventiva e pela sua inserção histórica na divisão sociotécnica do trabalho. Este pressuposto tem como interface a preocupação com a centralidade que as pesquisas desenvolvidas pelo Serviço Social garantem aos sujeitos que delas são participantes, bem como com o alcance social dos seus resultados.

Palavras-chave – Serviço Social. Pesquisa social. Centralidade. Sujeito.

Abstract – With this text we have as objective to debate the position occupied for the participating subjects of the researches developed by Social Work. As foundation guide we understand that research is constitutive and constituent of Social Work professional practice, being determined for your interventionist nature and for your historical insertion in work social-technical division. This foundation has as interface the preoccupation with centrality that researches developed by Social Work assure of the subjects that are participating of them, as well as the social reach of their results.

Key words – Social Work. Social research. Centrality. Subjects.

Introdução

Discutir a pesquisa buscando seus fundamentos teóricos ou aspectos de natureza operacional, que envolvem domínio de procedimentos metodológicos capazes de sustentar a construção de objetos de investigação tem sido debate recorrente. No Serviço Social, profissão de natureza interventiva, estas preocupações se fazem presentes e demonstram avanços quanto a consistências das produções acadêmicas no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas. No entanto alguns desafios se colocam no exercício da pesquisa, como exemplo é

* Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social e do Curso de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa/PR - Brasil. Doutora em Serviço Social pela PUC/SP. E-mail: jubourg@yahoo.com.br.

Artigo recebido em 30.06.2008. Aprovado em 06.11.2008.

Este trabalho faz parte do II Capítulo da tese de doutorado "A particularidade da pesquisa no Serviço Social", defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC/SP, em 2005, orientada pela Profa. Dra. Maria Lúcia Martinelli.

possível citar a preocupação com a particularidade da produção de conhecimento que tem como horizonte alimentar práticas profissionais comprometidas com processos emancipatórios.

Há uma lacuna nas produções sobre a pesquisa em Serviço Social, que é justamente a questão da centralidade do sujeito e sua preservação no processo metodológico de investigação do real e consequente produção de conhecimento profissional.

Relembramos que a preocupação com o reconhecimento do sujeito-cidadão está presente no projeto ético-político da profissão e necessita ganhar maior relevância tanto no âmbito da prática profissional em organizações sociais, como no desenvolvimento de pesquisas científicas.

A pesquisa deve destinar-se não só a compreender as questões estruturais, mas numa perspectiva de totalidade o processo de reprodução material e espiritual da existência do ser social. Por isso não podem passar despercebidos nas pesquisas da área, as diferentes formas como o sujeito se relaciona com a realidade social.²

O grande desafio para o pesquisador Assistente Social, que se preocupa com a centralidade do sujeito *enquanto condição ontológica e não como estratégia metodológica de pesquisa*, é possibilitar através da pesquisa maior visibilidade ao sujeito, à sua experiência e ao seu conhecimento, cuja natureza se desvendada, poderá permitir aos profissionais desenvolver práticas cada vez mais comprometidas ética e politicamente com a realidade dos mesmos, buscando no coletivo e na troca de saberes alternativas de superação das condições de privação e exclusão social.

A preocupação com o sujeito no contexto do Serviço Social

Vinculada à prática profissional e com o desafio de fundamentá-la, reanimá-la e renová-la, a pesquisa em Serviço Social trabalha com objetos plenos de significados atribuídos pelos diversos sujeitos que se constituem participantes da prática profissional do Assistente Social. Os objetos de atenção profissional, no âmbito da pesquisa e no âmbito da intervenção trazem à tona a experiência e o conhecimento destes sujeitos, os quais precisam

Revista Temporalis, ABEPSS, ano 5, n. 9, 2005, p. 117.

As reflexões deste texto estão alimentadas pelas contribuições do texto de MARTINELLI, Maria Lúcia (Coord.). *O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social:* um instigante desafio. Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade. 2. ed. renovada. São Paulo: PUC, 1994. Destacamos também, da mesma autora, as reflexões presentes no texto: "Os métodos na pesquisa. A pesquisa qualitativa", presente na

ser compartilhados, compreendidos e traduzidos à luz de um diálogo crítico com o corpo de conhecimentos já acumulados pelo Serviço Social. Um dos aspectos que configura tanto a pesquisa como a intervenção em Serviço Social, com certeza, é a preocupação com o sujeito.

A preocupação com a centralidade que o sujeito ocupa nas pesquisas do Serviço Social não é ocasional, mas revela uma profissão que tem suas ações e preocupações pautadas nas demandas dos usuários dos serviços sociais, que se expressam nas histórias de vida que trazem às organizações sociais, nas relações que movimentam no seio da família, do trabalho e da sociedade, nas raízes e expressões culturais que demonstram, nas carências socioeconômicas e políticas que exigem posicionamento do Assistente Social.

Freire (1985, p. 40), a exemplo de suas contribuições às práticas educativas, nos lembra que

Um dos inúmeros aspectos positivos de um trabalho como este é, sem dúvida, fundamentalmente, o reconhecimento do direito que o povo tem de ser sujeito da pesquisa que procura conhecê-lo melhor. E não objeto da pesquisa que os especialistas fazem em torno dele. Nesta segunda hipótese, os especialistas falam sobre ele; quando muito, falam a ele, mas não com ele, pois só o escutam enquanto ele responde às perguntas que lhe fazem.

A pesquisa para o Serviço Social deve gerar um conhecimento que reconheça os usuários dos serviços públicos como sujeitos políticos que são, também, capazes de conhecer e intervir em sua própria realidade com autonomia, desvencilhando-se das estratégias de assistencialismo, clientelismo e subalternidade, tão presentes nas ações governamentais e políticas públicas.

As pesquisas em Serviço Social têm como possibilidade latente a valorização do povo, da riqueza de suas histórias, de suas experiências coletivas mobilizadoras de novas formas de sociabilidade. Apreender estes elementos contribuirá para o desenvolvimento de uma prática capaz de possibilitar aos usuários e destinatários das políticas públicas e dos serviços sociais a experiência de "Assumir-se como ser social e histórico", ou seja, de assumir-se como "ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto" (FREIRE, 1996, p. 41).

Iamamoto (1993, p. 114), ao analisar os rumos ético-políticos do trabalho profissional, afirma que

Os Assistentes Sociais têm uma possibilidade de contato direto extremamente privilegiada, com a vida cotidiana das classes subalternas, na sua diferencialidade. Mas esta possibilidade pouco tem se revertido em provocação para a pesquisa, que atente para as diferenças internas dos vários segmentos das classes trabalhadoras e

para a apreensão das formas distintas de subalternidade; formas estas que vão implicar em encaminhamentos também distintos das ações profissionais.

Como constitutiva e constituinte da prática profissional, a pesquisa se coloca como uma necessidade imperativa ao Serviço Social à medida que o profissional faz a crítica ao real, localiza seu objeto de intervenção, projeta, desenvolve a sua ação, a avalia e se compromete com o reconhecimento das potencialidades dos sujeitos individuais e/ou coletivos que alimentam sua prática profissional com demandas concretas.

Precisamos esclarecer de que sujeito estamos tratando. Trata-se do sujeito que *antes de ser participante de nossas pesquisas é usuário, beneficiário e/ou destinatário das políticas públicas e dos serviços sociais, através de nossa intervenção nos diferentes campos que ocupamos.* Sujeito saturado, pela experiência, de valores e demandas autênticas. Sujeito que tem uma natureza objetiva e subjetiva. Assim entendemos o "termo *sujeito* como aquele que faz a ação ou a dirige, ou, num sentido mais filosófico, o homem como sujeito livre e igual, dono de si mesmo e da natureza, construtor do seu mundo, defensor de direitos e da subjetividade" (WANDERLEY, 1992, p. 142).

Naturalmente estamos nos referindo a um sujeito que é coletivo, pois em sua singularidade e relações particulares expressa vinculações de classe. O que não pode ocorrer – e este é um cuidado metodológico que precisamos desenvolver – é subtrairmos, no processo da pesquisa a condição de sujeito deste cidadão e enfatizar a sua condição de objeto.

A aproximação ao sujeito que participa de nossas pesquisas se faz através da busca da compreensão da sua experiência, do conhecimento gerado a partir desta experiência e da sua vivência cotidiana, que, tomadas em relação ao nosso objeto de estudo, compõem um dos elementos a serem apreendidos na sua relação com as múltiplas determinações de natureza econômica, social, política e cultural.

Para tanto construímos uma metodologia de investigação que busca estabelecer um tipo de relação com estes sujeitos, que pode ter diferentes facetas teóricas. Metodologia fundamentada pela teoria social que nos alimenta, naturalmente orientada por nossos objetivos de investigação e pela natureza de nosso objeto de estudo. Portanto a relação com o sujeito eleito para participar de nossa pesquisa não é ocasional, ingênua, é definida pelo que se pretende elaborar cientificamente.

Consideramos que a relação com o sujeito se faz através da pesquisa de natureza quantitativa e/ou qualitativa. Não deve ser mérito apenas das pesquisas qualitativas a busca de compreender o sujeito, em uma perspectiva crítica, pois não podemos descartar que o sujeito também se revela através dos dados quantitativos, pois estes trazem à tona expressões

concretas de sua realidade, quando trabalha condições de vida, renda, ocupação, etc. O diferencial está na forma como tratamos estes dados, buscando revelar o quê e para que e porque enfatizamos o quantitativo. São as determinações objetivas expressas através da pesquisa que podem fundamentar análises sobre a riqueza da realidade, avaliar projetos e programas sociais e redirecionar ações que garantam a dignidade deste sujeito e os seus direitos sociais, civis e políticos. Precisamos evidenciar que os dados quantitativos não expressam apenas o desenvolvimento econômico de um país, mas como este desenvolvimento incide sobre as condições de vida do cidadão.

A subjetividade se revela através das fontes orais e oportuniza ao sujeito dar a sua versão dos fatos — como entende, como vive, sente e enfrenta, em seu cotidiano, as implicações do desenvolvimento socioeconômico capitalista. "Pesquisadores atentos têm mostrado que a cultura popular não é constituída apenas de concepções, mas também de sujeitos e de concepções desses sujeitos" (MARTINS, 1989, p. 113).

A dicotomia quantitativo/qualitativo – em uma perspectiva dialética – é falsa, sendo que a dinâmica das relações sociais pode ser captada em suas dimensões quantificáveis e qualificáveis. Esta articulação é necessária a uma pesquisa comprometida ética e politicamente com as demandas sociais. O sujeito está presente – ou pela sua história ou pelos dados que expressam as barbáries do mundo contemporâneo – em qualquer processo de pesquisa.

Neste caso é necessário nos preocuparmos com o tratamento teórico – metodológico dado ao material empírico coletado junto a este sujeito e se este tratamento lhe garante centralidade e visibilidade à sua real situação e condições de vida.

A relação estabelecida com o sujeito no processo de pesquisa é orientada por uma preocupação ética, ou seja, por escolhas pessoais e profissionais em relação ao sujeito, que por sua vez revela o projeto ético-político profissional que fundamenta o desenvolvimento de pesquisas favoráveis à democracia, à cidadania e aos valores humanos emancipatórios.

A relação com o sujeito não é tranquila, exige atenção e uma metodologia que se constrói nesta relação, pois nem sempre se ouve ou colhe o que se busca através dos recursos metodológicos. Na relação construída com o sujeito trabalha-se também o "indizível", revelador, mas difícil de captar. Indizível, termo utilizado por Maria Isaura Pereira de Queiroz em discussões sobre relatos orais,

^[...] é o não-explícito das vivências dos indivíduos que vivem em um meio social determinado. É o conjunto de vivências, emoções e experiências das pessoas que não está nos documentos e que tem um conteúdo e um valor inestimável na

transmissão, conservação e difusão dos conhecimentos. Esses conteúdos formam parte do acervo dos grupos sociais e são esses mesmos conteúdos que têm permitido a integração e identificação do indivíduo no seu meio, no seu contexto, em um determinado período de tempo (ROJAS, 1999, p. 87-88).

A riqueza de pesquisas que se preocupam com a experiência dos sujeitos possibilita revelar uma história que é construída pelos próprios homens concretos. Portanto, nesta perspectiva, não são pensados "como uma abstração, ou como um conceito, mas como pessoas vivas, que se fazem histórica e culturalmente, num processo em que as dimensões individual e social são e estão intrinsecamente imbricadas" (KHOURY, 2001, p. 80).

Compreender o sujeito supõe situá-lo em um contexto sócio-histórico, cuja materialidade está na própria realidade em que se insere:

Esses sujeitos são moradores da cidade, pequenos agricultores do campo, artesãos, pescadores, trabalhadores assalariados, grupos de imigrantes, de mulheres, de jovens, velhos ou crianças, membros de movimentos específicos, vivendo experiências de trabalho, construindo modos de viver de se organizar, ou sobrevivendo em becos e ruas, com bagagens culturais diferentes, com perspectivas futuras diversificadas, enfrentando, ou não, processos de exclusão, marginalização e segregação social (KHOURY, 2001, p. 80).

No entanto, muitas vezes as pesquisas não dão conta de enraizar estes sujeitos à sua cultura, à sua realidade social, às formas pelas quais buscam se expressar e criar alternativas de sobrevivência, e assim acabam por ser meras ilustrações teóricas. É essencial termos presente que a arquitetura teórica e metodológica de uma pesquisa pode minar as possibilidades de desvendamento do real, limitando-se a levantar dados quantitativos ou informações de fonte oral que servem para comprovar hipóteses ou afirmar certezas prévias.

Urge o exercício do pensar crítico "Este é um pensar que percebe a realidade como processo, que a capta em constante devenir e não como algo estático. Não se dicotomiza a si mesmo na ação. 'Banha-se' permanentemente de temporalidade cujos riscos não teme' (FREIRE, 1982, p. 97).

A dificuldade, enquanto profissão, de se relacionar com a realidade em seu movimento histórico e com os desafios que a realidade coloca ao Serviço Social, tem como um dos elementos determinantes o próprio processo de formação profissional. Em relação à pesquisa, a formação deve articular intervenção e investigação, colocando estes processos como eixo de qualificação profissional.

Para tanto é preciso uma formação orientada na perspectiva histórico-crítica, cuja herança fundamental é o método dialético que permite apreender o processo de constituição da realidade social na sua totalidade e é essa perspectiva que tem contribuído para os avanços

na produção de conhecimento na área do Serviço Social, pois desenvolve uma atitude investigativa atenta as demandas próprias do real.

Assim a relação que o Serviço Social deve estabelecer com o conhecimento do sujeito participante de sua investigação/intervenção deve sustentar-se no diálogo crítico, capaz de gerar conhecimentos novos e propiciar a elevação do nível de consciência deste sujeito. A sua experiência e conhecimento alicerçam-se em dinâmicas concretas da realidade, dinâmicas que precisam ser transformadas através de ações políticas, ações que sejam, também capazes de resgatar a condição de sujeito de direitos, capazes de romper com as tramas que determinam a condição de subalternidade.

Nessa adversidade, a questão é saber como a História irrompe na vida de todo dia e trava aí o embate a que se propõe, o de realizar no tempo miúdo da vida cotidiana as conquistas fundamentais do gênero humano, aquilo que liberta o homem das múltiplas misérias que o fazem pobre de tudo: de condições adequadas de vida, de tempo para si e para os seus, de liberdade, de imaginação, de prazer no trabalho, de criatividade, de alegria e de festa, de compreensão ativa de seu lugar na construção social da realidade (MARTINS, 2000, p. 11-12).

Trabalhar numa perspectiva que envolve o sujeito supõe uma forma de tratamento, uma postura que subentende que a relação estará baseada em princípios de participação. Pressupõe ética, interação, devolução, respeito à dignidade e à experiência do outro.

E ainda em relação ao desencadeamento da proposta da pesquisa exige que o pesquisador selecione um sujeito que tenha uma vivência profunda sobre a problemática a ser trabalhada, que realmente os depoimentos e informações decorram da vivência do sujeito.

Nossa relação com os sujeitos e com as informações que podemos colher com eles é contextualizada, ou seja,

Nós as pensamos em sua própria historicidade, como expressões das relações sociais, assim como elementos constitutivos dessas relações. Escolhê-las e analisá-las implica identificá-las e compreendê-las no contexto social em que se engendram e, igualmente, dentro de nossas perspectivas de investigação. Nesse sentido, mais do que buscar dados e informações nas fontes, nós as observamos práticas e/ou expressões de práticas sociais através das quais os sujeitos se constituem historicamente (KHOURY, 2001, p. 81).

Além disso, requer certa flexibilidade teórica e metodológica, por parte do pesquisador que possibilite reconstruir meios de coleta e de análise do material em função do que efetivamente o sujeito tem a contribuir com as discussões e problemáticas de pesquisas propostas pelo pesquisador.

O alerta é que em nossos espaços de intervenção, que são também nossos espaços de pesquisa, temos uma grande possibilidade de colocar o sujeito como protagonista desse

processo. Precisamos potencializar o acesso que temos às informações sobre a realidade social desta população e através da pesquisa sistemática buscar alternativas que rompam com o padrão socioeconômico que gera relações de exclusão social, pobreza e subalternidade.

A sistematização e a divulgação do conhecimento construído sobre as condições de vida da população e dos recursos disponíveis para a garantia de direitos é papel crucial a ser desempenhado pelo Serviço Social como requisito necessário para a tomada de consciência da qualidade de vida pela própria população, mobilização acerca de direitos sociais e, fundamentalmente, para democratização das relações socioinstitucionais.

Isto também quer dizer que a prática investigativa está intimamente articulada com as praticas de avaliação e planejamento das políticas sociais, no fundo definidoras das conquistas e/ou garantias de direitos sociais, das quais os levantamentos socioeconômicos e o cadastramento de recursos são inerentes (SARMENTO, 2000, p. 108).

Garantir o protagonismo destes sujeitos depende, também, de uma pesquisa comprometida ética e politicamente com mudanças sociais, e um conhecimento que em seu processo de construção subsidie políticas públicas. Para tanto o profissional precisa posicionar-se e reconhecer na sua prática oportunidades de não só colher informações junto aos sujeitos — cujo armazenamento muitas vezes gera documentos estéreis, incapazes de suscitar mudanças — mas também transformar as informações através de diálogo e problematização sistemáticos com a realidade, com os seus protagonistas e sustentados no suporte teórico-metodológico-crítico, construído pela profissão.

Há ainda o compromisso ético da devolução. Este aspecto também favorece a centralidade do sujeito. Compromisso perpassado por dificuldades, que não se restringem ao Serviço Social; elas estão presentes na academia e é um desafio para as Ciências Sociais e Humanas. Isso remete à própria estrutura universitária comprometida historicamente com o saber das classes dominantes.

As condições em que se fazem pesquisa hoje nas Universidades dificultam um processo sério de devolução e um processo de amadurecimento intelectual em relação ao referencial analítico e o material coletado.

Ao avaliar a universidade contemporânea, Chauí (2001) a classifica como operacional. Esta universidade está voltada para sua própria estrutura organizacional e preocupada com índices de produtividade através do controle de horas-aulas, com a avaliação da quantidade de publicações de seus pesquisadores, bem como de suas participações em congressos e eventos científicos. Sendo assim, aquele trabalho denso, processual, de aproximação sucessiva às múltiplas determinações dos fenômenos estudados fica restrito às imposições e normas

institucionais. Mais ainda, o processo de reflexão sobre material empírico coletado junto aos sujeitos sofre as sequelas deste perfil acadêmico.

No entanto, não podemos deixar de enfatizar que os esforços dos pesquisadores, no plano individual ou no plano das organizações coletivas e vemos isso claramente no contexto do Serviço Social (tanto na graduação como na pós-graduação), que têm buscado um compromisso com uma universidade social e politicamente responsável. Principalmente, em função de seu projeto ético-político, reconhecemos uma preocupação da área em sedimentar suas pesquisas numa perspectiva histórico-crítica.

O Serviço Social tem uma rica experiência e conhecimento acumulado sobre as formas de aproximação ao sujeito e academicamente ele é preparado para isso. A questão que se coloca hoje é que os procedimentos metodológicos de pesquisa preservem a centralidade do sujeito, bem como que o Assistente Social trabalhe com o conjunto das informações colhidas na realidade de forma a potencializar em sua intervenção as alternativas que garantam consolidação dos direitos fundamentais do cidadão.

Considerações finais

Para superar os desafios presentes na pesquisa em Serviço Social e, em especial, para garantir centralidade ao sujeito que, como participante, tem contribuído para o avanço da produção de conhecimento na área, o Assistente Social também precisa aprender a investir em um processo de capacitação continuada para renovar seus fundamentos teórico-metodológicos de forma a dar conta de apreender as mediações que se manifestam em seu cotidiano de trabalho e nas relações que estabelece com os usuários das políticas públicas. E precisa criar mecanismos para socializar, difundir seus conhecimentos, ao ponto de ampliar os horizontes de sua intervenção e dos resultados de suas pesquisas. Principalmente, no contexto de suas práticas, potencializarem conhecimentos, meios e recursos que garantam visibilidade ao sujeito que, pelo seu protagonismo individual e/ou coletivo, tem, no seu cotidiano, construído alternativas de luta e resistência social e política.

Compartilhamos das preocupações de Florestan Fernandes em relação a uma questão central que tem implicações para a produção de conhecimentos nas Ciências Sociais e Humanas: "[...] como as idéias, produzidas pelos intelectuais, transformam-se em conhecimento crítico (ou não) e, por sua radicalidade, engendram forças sociais. Forças sociais mobilizadoras de práticas inconformadas com a lógica perversa do capitalismo

contemporâneo, e capazes de interferir na dinâmica das relações sociais" (FERNANDES, 1995, p. 9-10).

Esta preocupação é crucial para o Serviço Social, pois diz respeito à direção éticopolítica do conhecimento produzido pelos seus profissionais.

Referências

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. *A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social*. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Serviço Social, PUC/São Paulo, 2005.

CHAUÍ, Marilena. Escritos sobre a universidade. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

FERNANDES, Florestan. *A contestação necessária:* retratos intelectuais de inconformistas e revolucionários. São Paulo: Ática, 1995.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler:* em três artigos que se complementam. 9 ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1985. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo)

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia:* saberes necessários à prática educativa. 27 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura)

IAMAMOTO, Marilda Villela. Ensino e pesquisa no Serviço Social: desafios na construção de um projeto de formação profissional. São Paulo: Cortez, 1993. (Cadernos ABESS, n. 6)

KHOURY, Yara Aun. Narrativas Orais na investigação da História Social. Projeto História: história e oralidade. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História*, PUC, São Paulo, EDUC, n. 22, 2001.

MARTINS, José de Souza. *Caminhada no chão da noite:* emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo. São Paulo: Cortez, 1989.

MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples:* cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Hucitec, 2000.

MARTINELLI, Maria Lúcia (Coord.). *O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social:* um instigante desafio. Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade. 2. ed. renovada. São Paulo: PUC/SP, 1994.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Os métodos na pesquisa. A pesquisa qualitativa. *Temporalis*, Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em serviço Social – ABEPSS/Pesquisa e conhecimento em Serviço Social, Ed. Universitária da UFPE, Recife, ano 5, n. 9, jan./jun. 2005.

ROJAS, Juana Eugenia Arias. O indizível e o dizível na história oral. MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). *Pesquisa qualitativa*: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999.

SARMENTO, Helder Boska de Moraes. Serviço Social, das tradicionais formas de regulação sociopolítica ao redimensionamento de suas funções sociais. *Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais*. Módulo 4, O Trabalho do Assistentes Social e as Políticas Sociais. CFESS – ABEPSS – CEAD/NEAD – UNB, Brasília, 2000.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. Os sujeitos sociais em questão. Revista *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, Cortez, n. 40, ano 13, 1992.